



PARECER PRÉVIO Nº 67/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11662/2016.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de Anori
- 4- **Exercício:** 2015
- 5- **Responsável:** Sansuray Pereira Xavier (Prefeita Municipal)
- 6- **Advogado:** Fabio Nunes Bandeira de Melo OAB/AM 4331
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI e DICOP
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 456/2018-DMP, Dra. Elissandra Monteiro Freire Alvares, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Anori. Exercício de 2015.

Emissão de Parecer Prévio recomendando a desaprovação das contas anuais.

10- PARECER PRÉVIO:

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c art.127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constituição nº 15/95, art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts.1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, o voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, que passa a ser parte integrante do Parecer Prévio, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal:

- 10.1. **Emite Parecer Prévio recomendando à Câmara Municipal a desaprovação** das Contas Gerais da Prefeitura do Município de Anori, referente ao exercício de 2015, Gestão do **Sra. Sansuray Pereira Xavier**, Prefeita e Ordenadora de Despesas, à época, nos termos do art. 1º, I, c/c o art. 58, “c”, da Lei n.º 2.423/96 e art. 11, II, da Resolução n.º 04/2002-TCE/AM.

- 11- **Ata:** 43ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.
- 12- **Data da Sessão:** 18 de Dezembro de 2018
- 13- **Especificação do quorum:** Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Mario Manoel Coelho de Mello e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).
- 14- **Representante do Ministério Público:** Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.



PARECER PRÉVIO Nº 67/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro Relator

JULIO CABRAL
Conselheiro

JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO
Conselheiro

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro

MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO
Conselheiro-Convocado

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral



ACÓRDÃO Nº 67/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 67/2018 – TCE – Tribunal Pleno)

- 1- **Processo TCE - AM nº 11662/2016.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de Anori
- 4- **Exercício:** 2015
- 5- **Responsável:** Sansuray Pereira Xavier (Ordenadora de Despesa)
- 6- **Advogado:** Fabio Nunes Bandeira de Melo OAB/AM 4331
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI e DICOP
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 456/2018-DMP, Dra. Elissandra Monteiro Freire Alvares, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Anorí. Exercício de 2015.

Irregularidade. Multa. Recomendação.
Determinação.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em parcial consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar irregular** as contas da Prefeitura Municipal de Anori, referente ao exercício de 2015, tendo como responsável à época a **Sra. Sansuray Pereira Xavier**, Prefeita e Ordenadora de Despesas, nos termos do art. 19, II, c/c o art. 22, III, “b”, e art. 58, “a”, da Lei nº 2.423/96 e art. 11, III, “a”, 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, em razão da permanência das falhas e restrições não sanadas arroladas no fundamento do Voto.
- 10.2. **Aplicar Multa** à **Sra. Sansuray Pereira Xavier** no valor de **R\$ 1.096,03** (um mil, noventa e seis reais e três centavos), com fulcro no art. 308, II, da Resolução nº 04/2002, alterada pela Resolução nº 25/2012-TCE/AM, pela **inobservância** de prazo legal, em razão do não envio a esta Corte de Contas dos **Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária dos bimestres janeiro/fevereiro, março/abril, maio/junho, julho/agosto, setembro/outubro e novembro/ dezembro**, contrariando o disposto no art. 165, §3º, da CF/88, c/c o art. 52 da Lei Complementar nº 101/2000, totalizando o montante de **R\$ 6.576,18** (seis mil, quinhentos e setenta e seis reais e dezoito centavos), **item 2** do fundamento do voto, que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR



ACÓRDÃO Nº 67/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 67/2018 – TCE – Tribunal Pleno)

avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o **código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ**. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do **Termo de Quitação**. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

10.3. Aplicar Multa à Sra. Sansuray Pereira Xavier no valor de R\$ 1.096,03 (um mil, noventa e seis reais e três centavos), com fulcro no art. 308, II, da Resolução nº 04/2002, alterada pela Resolução nº 25/2012-TCE/AM, pela **inobservância** de prazo legal, em razão do não envio a esta Corte de Contas dos **Relatórios de Gestão Fiscal dos 1º e 2º semestres**, totalizando o montante de **R\$ 2.192,06** (dois mil, cento e noventa e dois reais e seis centavos), **item 4** do fundamento do voto, que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o **código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ**. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do **Termo de Quitação**. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

10.4. Aplicar Multa à Sra. Sansuray Pereira Xavier no valor de R\$ 1.096,03 (um mil e noventa e seis reais e três centavos), conforme o art. 308, II da Resolução n.º 04/2002-TCE/AM, alterado pela Resolução n.º 25/2012-TCE/AM, **por cada mês de atraso** no encaminhamento, por meio magnético, dos demonstrativos contábeis, estabelecido no art. 20, inciso II, §1º, da Lei Complementar nº 06/1991, alterada pela Lei Complementar nº 24/2000, referentes aos meses de **janeiro a dezembro (12 meses)**, totalizando o montante de **R\$ 13.152,36** (treze mil, cento e cinquenta e dois reais e trinta e seis centavos), **item 6** do fundamento do voto, que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o **código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ**. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento



ACÓRDÃO Nº 67/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 67/2018 – TCE – Tribunal Pleno)

(*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do **Termo de Quitação**. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

- 10.5. Aplicar Multa à Sra. Sansuray Pereira Xavier** no valor de **R\$ 43.841,28** (quarenta e três mil, oitocentos e quarenta e um reais, e vinte e oito centavos), com fulcro no art. 54, II, da Lei n.º 2.423/96, c/c o art. 308, VI, da Resolução TCE/AM n.º 04/02, alterada pela Resolução TCE/AM n.º 25/12, pelas irregularidades identificadas pela DICAMI, constante nos **itens 1, 3, 5, 7, 9, 11, 12, 14 a 17, 20, 21, 73 a 80, 85 a 88** da fundamentação do voto. , que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o **código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ**. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do **Termo de Quitação**. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.
- 10.6. Aplicar Multa à Sra. Sansuray Pereira Xavier** no valor de **R\$ 8.768,25** (oito mil, setecentos e sessenta e oito reais e vinte e cinco centavos), com fulcro no art. 54, II, da Lei n.º 2.423/96, c/c o art. 308, VI, da Resolução TCE/AM n.º 04/02, alterada pela Resolução TCE/AM n.º 25/12 pelas irregularidades identificadas pela DICOP, constante nos **itens 89 a 93** da fundamentação do voto, que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o **código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ**. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do **Termo de Quitação**. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.
- 10.7. Recomendar a Sra. Sansuray Pereira Xavier** para que atente e cumpra com mais rigor os itens elencados nas restrições citadas no fundamento



ACÓRDÃO Nº 67/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 67/2018 – TCE – Tribunal Pleno)

deste voto, e que estas não se repitam em exercícios futuros sob pena de novas sanções.

- 10.8. Determinar ao SEPLENO** que encaminhe cópias do Relatório/Voto da Decisão **ao Ministério Público Estadual**, na forma do art. 114, III, da Lei n.º 2.423/1996, em razão da possível prática de atos de improbidade administrativa, devido à situação descrita **no item 7**, do fundamento do voto.
- 11- Ata:** 43ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.
12- Data da Sessão: 18 de Dezembro de 2018
13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Mario Manoel Coelho de Mello e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).
14- Representante do Ministério Público: Dra. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral